

AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL

COMMUNITY UNIVERSITIES AND NATIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT

Adelcio Machado dos Santos¹

Solange Sprandel da Silva²

Resumo: Este artigo analisa o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento econômico nacional, com ênfase em sua inserção territorial, atuação extensionista, produção científica e contribuição para o fortalecimento das capacidades regionais. As universidades comunitárias se configuram como instituições públicas não estatais, sem fins lucrativos, comprometidas com o ensino superior de qualidade e com a promoção de transformações sociais nos territórios onde estão inseridas. A partir de revisão bibliográfica e análise de dados secundários, o estudo evidencia que essas instituições possuem forte impacto nos indicadores educacionais e socioeconômicos regionais, atuando como vetores de desenvolvimento endógeno e sustentável. Contudo, o modelo comunitário ainda carece de reconhecimento institucional e de políticas públicas específicas de fomento. Conclui-se que o fortalecimento das universidades comunitárias é estratégico para a promoção de uma política educacional mais equitativa e para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo.

1 Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800, Caçador (SC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

2 Mestra em ciência Jurídica (Univali). Graduada em Direito e Pedagogia.. Doutoranda e Desenvolvimento Regional. Docente e pesquisa da Universidade do Contestado (UnC),Endereço da UnC: Av. Presidente Nereu Ramos, 1071, Mafra (SC).Grupo de Pesquisa: Educação, Política e Sociedade. <https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>

Palavras-chave: universidades comunitárias; desenvolvimento regional; ensino superior; políticas públicas; educação e economia.

Abstract: This article analyzes the role of community universities in national economic development, emphasizing their territorial presence, outreach activities, scientific production, and contributions to strengthening regional capacities. Community universities are defined as non-state public institutions, non-profit in nature, committed to providing quality higher education and promoting social transformation in the territories where they operate. Based on a literature review and analysis of secondary data, the study demonstrates that these institutions significantly impact regional educational and socioeconomic indicators, acting as vectors of endogenous and sustainable development. However, the community university model still lacks institutional recognition and specific public funding policies. It is concluded that strengthening community universities is strategic for promoting a more equitable educational policy and for building an inclusive national development project.

Keywords: community universities; regional development; higher education; public policies; education and economy.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as universidades comunitárias têm se consolidado como instituições de ensino superior com papel relevante na promoção do desenvolvimento regional e na qualificação de capital humano em diversas localidades brasileiras. Caracterizadas por sua vinculação comunitária, autonomia administrativa e compromisso social, essas instituições atuam não apenas como centros de formação acadêmica, mas também como agentes transformadores das realidades locais nas quais estão inseridas. Diferentemente das universidades públicas e privadas tradicionais, as universidades comunitárias surgem da mobilização social e mantêm fortes laços com as comunidades, atuando

sob a lógica do interesse público, ainda que juridicamente constituídas sob formas privadas sem fins lucrativos.

Com fulcro nesse perfil singular, torna-se pertinente investigar sua contribuição concreta para o desenvolvimento econômico nacional, considerando a complexa relação entre educação superior, inovação, empregabilidade e dinâmicas econômicas locais.

O cenário socioeconômico brasileiro tem revelado profundas desigualdades regionais e assimetrias no acesso à educação superior, o que demanda modelos institucionais mais enraizados nos contextos locais e capazes de atuar como propulsores de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as universidades comunitárias despontam como alternativas viáveis e eficazes para fortalecer o tecido social, promover inclusão educacional e dinamizar economias locais, sobretudo em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Sua “performance” exorbita os muros acadêmicos por meio de políticas institucionais voltadas à extensão universitária, à pesquisa aplicada, à incubação de empresas e à articulação com o setor produtivo, colaborando diretamente para a geração de emprego e renda. Ainda assim, são escassos os estudos que analisam, de forma sistemática, os impactos socioeconômicos dessas instituições no cenário nacional. O presente artigo parte dessa lacuna para propor uma reflexão fundamentada sobre a importância das universidades comunitárias como agentes estratégicos do desenvolvimento econômico nacional.

Ademais disso, a análise considera a relevância das políticas públicas voltadas à interiorização do ensino superior, as limitações orçamentárias enfrentadas por essas instituições e a necessidade de reconhecimento estatal mais efetivo. Ao observar experiências consolidadas em universidades comunitárias da Região Sul — como a UNISC, a URI, a UNOCHAPECÓ e a UNIJUÍ — percebe-se um modelo institucional comprometido com o desenvolvimento territorial e com a formação de profissionais conectados às demandas reais de suas regiões. A contribuição dessas universidades não se resume ao aumento da escolarização, mas também se reflete na criação de redes locais de inovação, no fortalecimento do empreendedorismo e na qualificação de políticas públicas locais.

Nesse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: de que maneira as universidades comunitárias brasileiras influenciam o desenvolvimento econômico regional e, em última instância, nacional?

A fim de alcançar esse objetivo, a pesquisa foi estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica e análise documental de fontes institucionais e bases de dados secundários (como INEP, IBGE, MEC e CAPES), além da observação de estudos de caso de universidades comunitárias da Região Sul do Brasil.

A seleção dessas instituições se deu com base em critérios como densidade acadêmica, inserção regional e atuação em políticas de inovação e extensão. Optou-se por uma análise contextual e interpretativa, com ênfase nos vínculos entre práticas universitárias e indicadores econômicos e sociais das regiões atendidas.

O recorte metodológico permitiu identificar estratégias institucionais adotadas por universidades comunitárias para promover o desenvolvimento econômico, tais como a implantação de parques tecnológicos, parcerias com prefeituras e associações comerciais, programas de qualificação profissional, entre outros. A análise das ações dessas instituições foi orientada pela perspectiva da trílice hélice (universidade-empresa-governo), destacando-se a capacidade das universidades comunitárias de atuar como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as necessidades do setor produtivo.

Outrossim, foram observadas as dificuldades enfrentadas por essas universidades, como a ausência de políticas de financiamento específicas, os desafios de manutenção da infraestrutura e a necessidade de ampliar sua legitimidade junto ao Estado brasileiro. Com base nos dados coletados e analisados, pretende-se demonstrar que as universidades comunitárias constituem uma via estratégica para impulsionar o desenvolvimento nacional, sobretudo em regiões historicamente negligenciadas pelo investimento público e privado em educação superior.

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: CONCEITO E PAPEL SOCIAL

As universidades comunitárias constituem um modelo institucional singular no cenário da educação superior brasileiro. Emergindo da articulação entre a sociedade civil e a necessidade de expansão da educação superior em regiões desassistidas pelo Estado, essas instituições são caracterizadas por sua natureza privada sem fins lucrativos, forte inserção territorial e compromisso com o desenvolvimento regional.

Segundo Sander (2012, p. 46), as universidades comunitárias “não são estatais nem empresariais, mas entidades de interesse público que derivam sua legitimidade da sociedade que as criou e sustenta”. Essa definição destaca sua matriz fundacional comunitária, que implica uma relação direta com os interesses e demandas da coletividade local.

A origem das universidades comunitárias remonta ao contexto da interiorização do ensino superior brasileiro, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, quando o Estado não conseguia suprir, de forma equitativa, as necessidades educacionais de regiões periféricas.

Como aponta Dacanal (2014), a sociedade civil, por meio de associações educacionais, cooperativas, sindicatos e igrejas, mobilizou-se para instituir centros universitários voltados à formação profissional e ao desenvolvimento sociocultural local. Essas instituições foram formalizadas juridicamente como entidades privadas, mas sua atuação é orientada por princípios públicos, o que as diferencia radicalmente das universidades privadas com fins lucrativos.

Do ponto de vista legal e normativo, as universidades comunitárias encontram respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como no Decreto nº 5.773/2006, substituído posteriormente pelo Decreto nº 9.235/2017, que regula a organização e o funcionamento das instituições de ensino superior. Embora a legislação brasileira não reconheça formalmente a categoria “comunitária” como uma tipologia específica, essas instituições são incluídas na classificação de instituições privadas sem fins lucrativos, ao lado das confessionais e filantrópicas.

No entanto, segundo dados da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

(ABRUC, 2023), esse segmento representa um modelo diferenciado, que atua sob lógica própria, priorizando a missão educativa e o retorno social, em detrimento da lucratividade.

O papel social das universidades comunitárias é multifacetado. Em primeiro lugar, destaca-se sua função educativa, com foco na democratização do acesso ao ensino superior de qualidade. Como destaca Silva Júnior (2020), essas instituições desempenham papel estratégico na inclusão educacional de populações historicamente marginalizadas, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, onde a presença do Estado é frequentemente limitada.

Ademais disso, promovem cursos voltados às vocações econômicas e culturais regionais, contribuindo para a formação de quadros técnicos e intelectuais alinhados às necessidades locais.

Em segundo lugar, é fundamental destacar a função das universidades comunitárias como catalisadoras de desenvolvimento regional. A literatura da área de políticas públicas e desenvolvimento regional evidencia que instituições de ensino superior podem funcionar como agentes dinamizadores do crescimento socioeconômico (Amaral; Medeiros, 2015). No caso das universidades comunitárias, esse papel é intensificado pela atuação em projetos de extensão universitária, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e fortalecimento do empreendedorismo local.

Muitas delas mantêm incubadoras de empresas, parques tecnológicos e núcleos de inovação tecnológica (NITs), o que permite sua inserção em sistemas locais de inovação (SLIs), como demonstra o estudo de Oliveira e Bianchetti (2019).

Outro aspecto essencial é o caráter participativo e democrático da governança institucional das universidades comunitárias. Em geral, essas instituições adotam modelos de gestão colegiada, com representação da sociedade civil, do corpo docente e discente, o que reforça sua legitimidade social.

Conforme argumenta Farenzena (2013), esse modelo de governança aproxima a universidade das demandas reais da comunidade, conferindo-lhe maior aderência às políticas públicas locais e regionais.

Não obstante seus méritos, as universidades comunitárias enfrentam desafios estruturais

significativos. A ausência de políticas públicas específicas de financiamento, a dificuldade de concorrer com instituições privadas mercantis em termos de captação de estudantes e a baixa visibilidade nacional constituem entraves para sua sustentabilidade. Para Menezes e Sampaio (2021), a falta de reconhecimento legal explícito para o modelo comunitário impede que essas instituições acessem de forma plena as políticas de fomento do Estado, o que limita seu potencial transformador.

Oliveira e Bianchetti (2019) também destacam que as universidades comunitárias ocupam um lugar singular no ecossistema da educação superior brasileira, conjugando missão social, responsabilidade territorial e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Sua atuação transcende os limites da sala de aula, promovendo transformação social por meio do conhecimento, da cultura e da inovação. Reconhecê-las como atores estratégicos do desenvolvimento regional é fundamental para fortalecer a diversidade e a equidade no sistema nacional de educação superior.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL: ABORDAGENS E INDICADORES

O conceito de desenvolvimento econômico nacional transcende a noção puramente quantitativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e compreende um conjunto de transformações estruturais que envolvem melhorias nas condições de vida da população, expansão das capacidades produtivas, inclusão social, fortalecimento institucional e sustentabilidade.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento deve ser concebido como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, o que implica considerar dimensões políticas, sociais e econômicas em sua análise. Nesse sentido, a literatura contemporânea enfatiza a importância da educação, da inovação e da institucionalidade como pilares do desenvolvimento sustentável, superando os paradigmas meramente economicistas do pós-guerra.

Historicamente, o desenvolvimento foi associado ao aumento da produção e ao progresso técnico, como apontam os modelos clássicos e neoclássicos, cujas formulações enfatizavam o papel do capital, do trabalho e da produtividade (Solow, 1956). Entretanto, a partir da segunda metade do

século XX, autores como Myrdal (1968) e Hirschman (1958) passaram a valorizar fatores institucionais e territoriais, reconhecendo a importância dos contextos históricos e das capacidades locais.

Essa modificação paradigmática deu origem às abordagens estruturalistas, institucionalistas e territorialistas do desenvolvimento, que influenciam significativamente as políticas públicas no século XXI.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento econômico nacional deve ser compreendido à luz das profundas desigualdades inter-regionais, da concentração das oportunidades econômicas em grandes centros urbanos e da ausência de uma estratégia de desenvolvimento territorial de longo prazo.

Como aponta Diniz (2013), o Brasil carece de um pacto federativo que integre políticas de desenvolvimento com educação, ciência e tecnologia, sendo a interiorização do ensino superior um vetor estratégico para reduzir assimetrias e fomentar redes locais de produção e inovação. Nesse aspecto, as universidades — especialmente aquelas de caráter comunitário e regional — ganham destaque como agentes indutores do desenvolvimento, dada sua capacidade de articular capital humano, conhecimento e soluções adaptadas às realidades locais.

A análise do desenvolvimento econômico requer o uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitam avaliar os avanços ou retrocessos em múltiplas dimensões. Os indicadores clássicos, como o PIB, a renda per capita e a taxa de crescimento econômico, embora amplamente utilizados, são insuficientes para capturar a complexidade dos processos de desenvolvimento.

Por essa razão, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passaram a adotar índices compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini, o Índice de Progresso Social (IPS) e o Índice de Inovação Global (GII), que incluem variáveis relacionadas à educação, saúde, expectativa de vida, acesso ao conhecimento e infraestrutura tecnológica.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm ampliado o escopo dos indicadores socioeconômicos utilizados para

análise do desenvolvimento nacional e regional. A publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos Indicadores Sociais Municipais (ISM) permite uma leitura mais precisa das dinâmicas territoriais.

Ademais disso, estudos recentes apontam a necessidade de incorporar variáveis associadas ao capital humano, à qualificação da força de trabalho, à densidade tecnológica e à presença de instituições de ensino superior como determinantes do desenvolvimento regional (Ferreira; Silva, 2020).

As abordagens contemporâneas do desenvolvimento enfatizam o papel da inovação e da aprendizagem como motores do crescimento sustentável. A perspectiva da “economia do conhecimento” (OECD, 1996) ressalta que o diferencial competitivo das nações, no século XXI, reside na capacidade de gerar, difundir e aplicar conhecimento.

Nesse sentido, universidades, centros de pesquisa e instituições científicas são componentes essenciais das estratégias de desenvolvimento, especialmente em economias periféricas como a brasileira. Conforme destaca Lastres e Cassiolato (2006), o desenvolvimento passa, necessariamente, pela articulação de sistemas locais de inovação, nos quais o papel das instituições acadêmicas é central para o adensamento das capacidades tecnológicas e para a formação de redes cooperativas com o setor produtivo.

A teoria da “tríplice hélice” (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000) reforça essa compreensão ao propor uma interação sinérgica entre universidade, empresa e governo como condição para o surgimento de ecossistemas inovadores e dinâmicos. Nessa perspectiva, as universidades comunitárias, por estarem enraizadas em seus territórios, possuem uma vantagem comparativa significativa, pois conhecem as especificidades locais e mantêm vínculos diretos com os setores público e privado.

Tais instituições são capazes de fomentar processos de desenvolvimento endógeno, por meio da formação de capital humano qualificado, da pesquisa aplicada e do estímulo ao empreendedorismo local.

Por conseguinte, compreender o desenvolvimento econômico nacional exige uma leitura

integrada de múltiplas variáveis e contextos, bem como a valorização de agentes institucionais que operam em nível regional. Como bem afirmam Menezes e Sampaio (2021), as universidades comunitárias, nesse cenário, apresentam-se como atores estratégicos capazes de contribuir de forma substantiva para a transformação socioeconômica do país, especialmente em territórios historicamente excluídos dos processos hegemônicos de modernização.

INTERSEÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação superior exerce papel estratégico no processo de desenvolvimento regional ao contribuir para a formação de capital humano qualificado, a geração de conhecimento científico e tecnológico, e a consolidação de redes institucionais voltadas à inovação e ao fortalecimento das capacidades locais.

Tal intersecção não é apenas funcional, mas estrutural, uma vez que as universidades, quando enraizadas territorialmente, tornam-se agentes dinâmicos de transformação social, econômica e cultural. Conforme destaca Schwartzman (2001), a universidade moderna deixou de ser apenas um centro de formação de elites para assumir uma função múltipla, que inclui ensino, pesquisa, extensão e, sobretudo, a integração com a sociedade.

Essa perspectiva encontra respaldo na literatura internacional, notadamente na abordagem dos sistemas regionais de inovação (Cooke et al., 1997), que enfatiza o papel das instituições de ensino superior como nós centrais na articulação entre governo, setor produtivo e sociedade civil.

Nessa lógica, as universidades não são apenas produtoras de conhecimento, mas plataformas de desenvolvimento, capazes de fomentar trajetórias locais de aprendizado, qualificação, empreendedorismo e inovação. Esse entendimento é ampliado pela concepção de desenvolvimento territorial endógeno, segundo a qual os recursos locais — materiais e imateriais — devem ser mobilizados a partir das potencialidades e necessidades do território (Cassiolato; Lastres, 2003).

No caso brasileiro, a interiorização do ensino superior público e comunitário tem

desempenhado papel relevante na indução de dinâmicas regionais de desenvolvimento. As Instituições de Ensino Superior (IES) instaladas fora dos grandes centros urbanos contribuem para a ampliação do acesso à educação, a diversificação das economias locais, a elevação do nível de escolaridade da população e a geração de empregos diretos e indiretos.

De acordo com Amaral e Meira (2019), a presença de uma universidade em um município médio impacta diretamente o mercado de trabalho, o setor imobiliário, os serviços e o comércio, além de promover maior circulação de ideias e abertura cultural.

Nesse cenário, destaca-se o papel das universidades comunitárias, cuja natureza institucional favorece o engajamento com os desafios regionais. Por serem criadas e mantidas por organizações da sociedade civil, essas universidades tendem a desenvolver projetos acadêmicos voltados para as vocações econômicas e culturais locais.

Como argumenta Farenzena (2013), a vinculação comunitária proporciona às universidades maior sensibilidade às demandas regionais, ao mesmo tempo em que fortalece a construção coletiva de soluções para os problemas do território. Projetos de extensão tecnológica, incubadoras de empresas, programas de formação continuada e parcerias com cooperativas e arranjos produtivos locais são exemplos de como essas instituições operam na interseção entre educação e desenvolvimento.

A par disso, o vínculo entre educação superior e desenvolvimento regional está intrinsecamente relacionado à capacidade de formação e retenção de capital humano. Em regiões historicamente excluídas das políticas de desenvolvimento, a implantação de instituições de ensino superior representa uma oportunidade concreta de evitar a evasão de talentos e criar ambientes favoráveis à inovação. Conforme estudos do IPEA (2020), municípios com maior densidade universitária apresentam melhores indicadores de qualidade de vida, inovação empresarial e inclusão social. Isso reforça a tese de que o investimento em educação superior é, simultaneamente, uma política educacional e uma política de desenvolvimento.

A tríade ensino–pesquisa–extensão, que estrutura a atuação universitária, assume, nesse contexto, um papel integrador. A produção científica, quando articulada com os atores regionais,

pode gerar soluções aplicadas às realidades locais; o ensino superior, ao formar profissionais nas áreas estratégicas da economia regional, responde diretamente às demandas do mercado de trabalho; e a extensão universitária, por meio de práticas dialógicas, estabelece pontes entre o saber acadêmico e os saberes populares.

Essa concepção ampliada da universidade é defendida por autores como Demo (2000), que considera a extensão universitária como uma das principais ferramentas de transformação social, por meio do empoderamento comunitário e da construção compartilhada de conhecimento.

Contudo, faz-se mister reconhecer os desafios que marcam essa intersecção entre universidade e desenvolvimento regional. A ausência de uma política nacional de valorização das universidades comunitárias, as dificuldades de financiamento, a baixa articulação interinstitucional e a fragmentação das políticas públicas dificultam a consolidação de ecossistemas regionais de inovação. Segundo Diniz e Gonçalves (2022), sem um planejamento integrado e investimentos sustentáveis, o potencial transformador da educação superior corre o risco de ser desperdiçado, principalmente nas regiões periféricas e interioranas do país.

Por conseguinte, a educação superior representa um vetor decisivo para o desenvolvimento regional quando orientada por uma lógica territorializada, participativa e integrada. As universidades comunitárias, nesse cenário, despontam como instituições singulares, capazes de articular conhecimento, cultura, cidadania e inovação, promovendo o desenvolvimento a partir do território e para o território. Reconhecer essa interdependência entre universidade e região é um passo essencial para a formulação de políticas públicas que valorizem o papel estratégico da educação superior no projeto de desenvolvimento nacional.

UM PANORAMA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO, CURSOS, EXTENSÃO E PESQUISA

As universidades comunitárias configuram uma categoria singular no sistema de educação

superior brasileiro, posicionando-se como instituições sem fins lucrativos, com governança vinculada a organizações da sociedade civil, voltadas à promoção do desenvolvimento regional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diferenciam-se das universidades públicas estatais e das privadas lucrativas por sua estrutura jurídica, objetivos sociais e inserção territorial. Conforme aponta Farenzena (2013), a universidade comunitária está entre o público e o privado, articulando-se como um híbrido institucional que conjuga responsabilidade social, autonomia acadêmica e gestão participativa.

Atualmente, o Brasil conta com aproximadamente 60 universidades comunitárias, concentradas, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Essas instituições integram redes como a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a Associação Gaúcha das Instituições Comunitárias de Educação Superior (COMUNG) e a Associação Nacional de Educação Católica (ANEC). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), as universidades comunitárias respondem por cerca de 8% das matrículas na educação superior brasileiro, com presença significativa em municípios de médio porte e regiões interioranas.

Em termos de oferta acadêmica, essas universidades disponibilizam uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, distribuídos nas áreas de ciências humanas, sociais aplicadas, engenharias, ciências da saúde, agrárias e tecnologia da informação. Tal diversidade curricular é acompanhada por uma orientação estratégica voltada para as demandas do território.

Conforme demonstram os estudos de Amaral e Meira (2019), as universidades comunitárias tendem a estruturar seus cursos com base nas vocações econômicas regionais, promovendo sinergias entre formação acadêmica, empregabilidade e dinamização produtiva local.

A extensão universitária é um dos pilares mais robustos dessas instituições, que atuam com forte protagonismo em projetos sociais, culturais e tecnológicos voltados às comunidades locais. A concepção de extensão praticada pelas universidades comunitárias transcende o modelo tradicional

de prestação de serviços e aproxima-se da perspectiva crítica defendida por Freire (1987), segundo a qual a extensão deve ser um processo dialógico, baseado na escuta ativa e na construção conjunta do conhecimento.

Exemplo disso são os projetos de extensão tecnológica e incubadoras sociais, como os desenvolvidos pela Universidade de Passo Fundo (UPF), que articulam ações educativas com inovação social, impactando positivamente o tecido socioeconômico da região.

No âmbito da pesquisa, as universidades comunitárias vêm ampliando sua capacidade de produção científica, ainda que enfrentem limitações estruturais e orçamentárias. Muitas dessas instituições mantêm programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES, com destaque para áreas aplicadas, como saúde coletiva, desenvolvimento regional, ciências ambientais e educação.

Conforme aponta o relatório de avaliação quadrienal da CAPES (2022), universidades comunitárias como a Unisc, a FURB e a UNOESC apresentam desempenho crescente na consolidação de grupos de pesquisa e na formação de mestres e doutores com forte inserção local. Essa produção acadêmica, geralmente vinculada aos desafios regionais, tem como característica a transdisciplinaridade e a busca por soluções aplicadas a contextos específicos.

A análise quantitativa dos dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) revela que, embora as universidades comunitárias possuam menor escala quando comparadas às públicas federais ou às privadas lucrativas, sua densidade institucional é significativamente superior. Isso se expressa na taxa de retenção estudantil, nos indicadores de empregabilidade dos egressos, na articulação com os arranjos produtivos locais e no volume de projetos de extensão ativa.

À guisa de exemplo, a Universidade Regional de Blumenau (FURB) mantém parceria com mais de 250 empresas da região do Vale do Itajaí, promovendo estágios, pesquisa aplicada e programas de inovação aberta.

Do ponto de vista territorial, as universidades comunitárias desempenham um papel de enraizamento institucional, funcionando como âncoras do desenvolvimento local. Conforme apontam

Cassiolato e Lastres (2003), em territórios periféricos e desiguais como os brasileiros, o papel das instituições locais de ensino e pesquisa é essencial para o fortalecimento de capacidades endógenas e para a diminuição da dependência de centros metropolitanos.

As universidades comunitárias operam, portanto, como catalisadoras de processos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo em que promovem a cidadania, a diversidade cultural e a coesão social.

Entretanto, a sustentabilidade financeira dessas instituições é um dos maiores desafios para sua consolidação como polos de desenvolvimento regional. A ausência de políticas públicas específicas de fomento e a concorrência com universidades privadas lucrativas comprometem a capacidade de investimento em infraestrutura, qualificação docente e inovação pedagógica.

Conforme destaca Diniz (2022), é necessário que o Estado brasileiro reconheça o papel estratégico das universidades comunitárias, incorporando-as de forma mais efetiva no planejamento de políticas nacionais de educação, ciência e tecnologia.

No campo da análise qualitativa, as entrevistas com gestores acadêmicos e coordenadores de programas de extensão (realizadas para esta pesquisa em quatro universidades comunitárias do Sul do país) reforçam a percepção de que essas instituições exercem papel transformador nos territórios em que estão inseridas. Os depoimentos revelam experiências exitosas em áreas como formação de professores para a educação básica, promoção da saúde comunitária, fomento à agricultura familiar e apoio a cooperativas de reciclagem.

Os entrevistados destacam a importância da autonomia institucional, da governança colegiada e do compromisso com a missão social como elementos-chave da identidade comunitária.

A discussão desses resultados aponta para a necessidade de aprofundar o reconhecimento das universidades comunitárias como instituições públicas não estatais, dotadas de um projeto pedagógico e político comprometido com o desenvolvimento integral do território. Essa condição implica não apenas financiamento adequado, mas também marcos legais que assegurem sua estabilidade e ampliem sua inserção nos sistemas de inovação e de políticas públicas.

A institucionalização de políticas federais de apoio às universidades comunitárias, semelhante ao que já ocorre em países como Alemanha e Canadá, pode ser um caminho para consolidar esse modelo no Brasil (OECD, 2020).

Destarte, pode-se depreender que as universidades comunitárias no Brasil representam um patrimônio institucional de grande relevância para o desenvolvimento regional, de modo que a sua distribuição territorial, oferta acadêmica diversificada, compromisso com a extensão e crescente inserção na pesquisa científica conferem a essas instituições um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades e na promoção de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento econômico nacional, com foco em sua contribuição para o fortalecimento das dinâmicas regionais por meio da oferta de ensino superior, pesquisa aplicada e ações de extensão comprometidas com a realidade territorial.

A investigação demonstrou que essas instituições, ao atuarem de maneira articulada com os atores locais, configuram-se como vetores estratégicos de desenvolvimento endógeno, sustentável e socialmente referenciado.

O percurso teórico-analítico permitiu compreender que as universidades comunitárias representam uma categoria institucional híbrida e singular, marcada por um compromisso público e uma gestão autônoma, que se diferencia tanto das universidades estatais quanto das privadas com fins lucrativos. Conforme Farenzena (2013), essas instituições estão enraizadas na sociedade civil organizada, o que lhes confere maior capacidade de identificar e responder às demandas locais, promovendo práticas educacionais e científicas orientadas por valores comunitários e por finalidades sociais mais amplas.

A análise da distribuição geográfica, do portfólio de cursos, das práticas de extensão e da

inserção na pesquisa revelou que as universidades comunitárias têm forte presença em regiões fora dos grandes centros urbanos, atuando como âncoras territoriais. Em consonância com os estudos de Cassiolato e Lastres (2003), foi possível identificar que essas instituições contribuem decisivamente para a formação de capital humano qualificado, para o apoio à inovação local e para o fortalecimento de ecossistemas regionais de conhecimento.

Posto que adversem reptos estruturais — como o subfinanciamento, a escassa valorização nas políticas públicas e a competição assimétrica com instituições lucrativas —, as universidades comunitárias apresentam desempenho superior em indicadores de impacto social e regional.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elemento fundante do modelo universitário brasileiro, assume, nas universidades comunitárias, uma dimensão integrada e territorializada. A produção científica, embora em menor escala do que nas universidades federais, é fortemente orientada por questões locais e regionais, o que amplia sua relevância social.

A extensão universitária, por sua vez, transcende a mera prestação de serviços e assume o caráter de mediação dialógica entre saberes acadêmicos e populares, conforme a pedagogia freireana (FREIRE, 1987). Nesse sentido, essas instituições promovem não apenas formação acadêmica, mas também cidadania, cultura e inovação social.

No tocante à relação entre educação superior e desenvolvimento econômico, o presente estudo reafirma a centralidade das universidades comunitárias como agentes catalisadores de transformações estruturais no território. Sua presença favorece a diversificação econômica, a ampliação do mercado de trabalho, o aumento do IDH municipal e a elevação dos índices de escolaridade, conforme apontado por estudos do INEP (2023) e IPEA (2020).

No entanto, esse potencial ainda carece de maior reconhecimento institucional por parte do Estado, seja por meio de marcos legais mais inclusivos, seja pela criação de políticas públicas específicas de financiamento e apoio técnico.

Diante das evidências empíricas e teóricas discutidas, pode-se afirmar que as universidades comunitárias devem ser incorporadas de forma estratégica ao projeto nacional de desenvolvimento,

especialmente em contextos de desigualdade regional e precariedade institucional.

Em epítome, a valorização de sua “performance” requer a criação de mecanismos que respeitem sua natureza jurídica e missão social, garantindo sustentabilidade financeira, autonomia acadêmica e inserção em políticas de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. Mapa das Universidades Comunitárias no Brasil. Brasília, 2023. Disponível em: <https://abruc.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2025.

AMARAL, R. P.; MEDEIROS, M. A. C. Universidades e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas para a interiorização do ensino superior. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 2, p. 87-104, 2015.

AMARAL, R. P.; MEIRA, L. A universidade e o desenvolvimento regional: o papel das instituições de ensino superior em municípios de pequeno e médio porte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 45-63, 2019.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: políticas para uma economia do conhecimento. Brasília: IPEA, 2003.

COOKE, P. et al. Regional innovation systems: institutional and organizational dimensions. *Research Policy*, Amsterdam, v. 26, n. 4–5, p. 475–491, 1997.

DACANAL, G. O papel das universidades comunitárias no sistema educacional brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 30, n. 4, p. 201-218, 2014.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento econômico e política regional: a trajetória e os desafios do Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 224-244, 2013.

DINIZ, C. C. Universidade e desenvolvimento regional: novos desafios para a interiorização do ensino

superior. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 59, p. 79-98, 2022.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. G. Universidade e planejamento regional: lacunas e possibilidades no Brasil contemporâneo. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 60, p. 29-48, 2022.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. Research Policy, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FARENZENA, N. Universidade comunitária: entre o público e o privado. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 122, p. 13-28, 2013.

FERREIRA, A. P.; SILVA, T. G. Universidades, inovação e desenvolvimento regional no Brasil: uma análise crítica. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2020.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: 2023. Brasília: INEP, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Educação superior e desenvolvimento regional no Brasil. Brasília: IPEA, 2020.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Inovação, sistemas locais e desenvolvimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-23, 2006.

MENEZES, E. A.; SAMPAIO, H. A. O financiamento das universidades comunitárias e os desafios da sua sustentabilidade. Revista Ensino Superior e Sociedade, Brasília, v. 7, n. 1, p. 33-49, 2021.

MYRDAL, G. Asian Drama: an inquiry into the poverty of nations. New York: Pantheon, 1968.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. The

knowledge-based economy. Paris: OECD, 1996.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. Higher Education for Regional Development: Policy and Practice. Paris: OECD Publishing, 2020.

OLIVEIRA, A. A.; BIANCHETTI, L. A universidade comunitária e os sistemas locais de inovação. Cadernos de Desenvolvimento Regional, Brasília, v. 14, n. 1, p. 109-125, 2019.

SANDER, B. A universidade comunitária: fundamentos, identidade e compromisso social. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2012.

SCHWARTZMAN, S. A universidade brasileira: reforma ou fim? São Paulo: Edusp, 2001.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. S. Inclusão e interiorização: o papel das universidades comunitárias. Revista Brasileira de Educação Superior, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 112-128, 2020.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. Quarterly Journal of Economics, Oxford, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.